

A LÃ, O LINHO E OS DESTINOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ALENTEJO NO SÉCULO XIX: UMA INTERPRETAÇÃO*.

Paulo Eduardo Guimarães**

Introdução

O Alentejo, espaço secular de mobilização e de conflito social em torno da terra no período contemporâneo, constituiu-se como problema para a historiografia portuguesa a partir da década de 1980, então preocupada em compreender a longa persistência do *atraso* do país. As condições existentes na universidade portuguesa até então ‘explicam’, em larga medida, o hiato existente no reconhecimento da história agrária do país desde a publicação da *opus magnum* de Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin del’Ancien Régime - XVIIIe – début du XIXe siècle. Contribution à l’histoire agraire comparée* (Paris, 1966), área em que Helder Adegar Fonseca se destacou de forma brilhante. Foi neste contexto que emergiu o debate em torno da formação história do capitalismo agrário e da (des)industrialização na Região Histórica do Alentejo no longo século XIX. Este texto invoca este debate, procurando compreender como as alterações na economia agrária afectaram o sector têxtil e as suas possibilidades de desenvolvimento na região.

Num texto de síntese, centrado na região de Évora, escrito com Rui Santos, Helder Fonseca documentou a formação da grande exploração

* Este texto, agora revisto, foi elaborado no quadro dos estudos de doutoramento do autor sob orientação do Prof. Helder Adegar Fonseca e apresentado nas *III Jornadas de Arqueologia Industrial - A indústria têxtil europeia - os fios do passado a tecer o futuro: uma abordagem pluridisciplinar*, que decorreram na Universidade da Beira Interior, Covilhã, entre 12 e 14 de Novembro 1998. Permaneceu até hoje inédito. Agradeço à Maria Ana Bernardo os comentários a esta versão.

** Departamento de História / CICP-Centro de Investigação em Ciência Política. Universidade de Évora

agrária no século XVIII, a par da progressiva marginalização da propriedade senhorial e aristocrática. Neste processo, emergiram novos actores que ingressaram depois nos grupos da elite regional, consolidando a sua posição social durante o liberalismo (Fonseca e Santos, 2021; v. tb Fonseca, 1987 e 1992). Um novo ‘padrão fundiário de exploração’ formou-se então com a ‘concentração das lavouras’, ou seja, pela agregação de herdades através de compra ou arrendamento (Fonseca e Santos, 2021, 46). As alterações jurídico-institucionais que foram introduzidas durante o primeiro liberalismo no regime de propriedade (com a abolição dos vínculos, com a desamortização, as sub-rogações, na enfiteuse e sub-enfiteuse, etc.) favoreceram a mercantilização da terra e a constituição da grande exploração capitalista, que marcou o Alentejo contemporâneo como ‘região latifundista’. Esta leitura de um processo histórico caracterizado pela ‘modernização, progresso e crescimento’ ficaria consolidada na historiografia portuguesa (v. por ex. Santos e Serrão 2013, Serrão 2016). A formação da ‘grande lavoura’ seria responsável pelo crescimento sustentado, ainda que moderado, do produto agrícola, tal como foi estimado para a região de Évora (Fonseca, 1992). As análises cliométricas realizadas à escala nacional sobre a produção, consumo e a produtividade dos factores agrícolas, compreendidas a partir dessa altura, revelaram um ponto de partida marcado por um assinalável atraso, quando comparado com outros países europeus, e uma persistente baixa produtividade tanto agrícola como industrial até meados do século XX (Lains, 2008).

A relação histórica entre a agricultura e a indústria moderna em contexto regional tem sido estudada no quadro da evolução das regiões proto-industriais europeias (Benko e Lipietz. 1994, Berg, 1991, Pollard, 1981). Entre os múltiplos factores que podem ser apontados como sendo favoráveis à criação de regiões industriais, encontram-se não apenas os baixos custos de transporte, a existência de matéria-prima e mão-de-obra abundantes e baratas, como também a existência de mercados livres que garantam igualmente baixos custos de informação e transacção. Ora, o problema industrial, nomeadamente têxtil, foi visto pela historiografia portuguesa como tendo sido fundamentalmente um problema de “ausências” verificadas nas regiões históricas ganhadoras: a falta de crescimento da produtividade agrícola, falta de dinâmicas de urbanização, concorrência

externa desigual¹. A questão era tratada pelos governos como um problema essencialmente fiscal, resolvido com pautas alfandegárias e acordos bilaterais externos, ficando assim garantida a concorrência interna entre empresas e regiões. Ora, no caso do sector têxtil, não vemos formar-se ao longo de Oitocentos novos mercados especializados em nenhuma localidade alentejana, pontos de concentração de matérias-primas favoráveis à instalação de novas unidades industriais, tal como sucederia com outros produtos agrícolas e silvícolas. David Justino (1988) notava no seu estudo sobre a formação do mercado interno português que os preços da lã de Évora continuavam a ser ditados pelos preços de Barrancos, muito provavelmente (acrescentamos nós) devido à antiga transumância de ovinos a partir de Espanha. O desaparecimento da ancestral transumância de ovinos merinos no Alentejo e das suas instituições de suporte seria uma das marcas dessa alteração de regime agrário numa região com um clima marcado pelo seu longo e tórrido estio, que diminuía a capacidade de carga de rebanhos nas suas famosas pastagens do Baixo Alentejo.

Interessou-nos, por isso, perceber a evolução da indústria têxtil na região transtagana ao longo de Oitocentos, explorando as relações do sector fabril com a actividade doméstica a partir de observações coevas e da exploração de arquivos municipais do Baixo Alentejo. A tese da desindustrialização sugeria que, tal como em muitas regiões europeias que tiveram um sector proto-industrial relevante, com a abertura institucional e económica criada pelo liberalismo e, depois, com o barateamento do transporte terrestre proporcionado pelo caminho-de-ferro e com o desenvolvimento do comércio, o Alentejo teria visto desaparecer a produção têxtil doméstica. Contudo, os dados por nós coligidos a partir de fontes coevas sobre as estimativas do número de trabalhadores envolvidos neste sector, sobre o consumo e a produção de lã e do linho mostram que o mesmo resistiu durante muito tempo à concorrência exterior à região e que a geografia da decadência da proto-indústria têxtil ao longo do século XIX é desigual. Nesse contexto, procurámos colher nos arquivos municipais do Baixo Alentejo, em especial no de Aljustrel, alguns elementos que cruzámos com

1. Veja-se, por exemplo, J. Pedreira (2004, 188) que, no século XVIII, encontra os mercados “constrangidos por relativa letargia”. Além disso, “constrangidos pela fraqueza da produtividade agrícola, os centros populacionais não ultrapassavam uma medíocre envergadura demográfica. Para além disso, eram entorpecidos pela carestia dos transportes, pela falta de estradas e caminhos transitáveis, simultaneamente causa e efeito da ausência de uma rede urbana” (Pedreira, 2004, 187).

outra documentação oficial, para avaliar o impacto regional da extinção da transumância de ovinos da Serra da Estrela para o Baixo Alentejo nos finais do Antigo Regime. Finalmente, tentamos esclarecer o longo declínio e resiliência da indústria têxtil doméstica a partir do período liberal.

A exposição decorre da seguinte forma: nos dois primeiros pontos procedemos ao reconhecimento do *sistema doméstico* têxtil alentejano no século XIX e introduzimos o leitor no debate historiográfico sobre a (des) industrialização alentejana; depois, nos pontos 3 e 4, recuamos aos finais de Setecentos para explorar a relação entre a transumância e os destinos da indústria têxtil no Baixo Alentejo; finalmente, realçamos a persistência das indústrias têxteis da lã e do linho até finais de Oitocentos. A conclusão evidencia as transformações ocorridas na região que sustentam a imagem de crescimento económico e de mudança social.

1. A indústria têxtil alentejana: o trabalho doméstico.

Nos finais da década de 1880, existiam na região alentejana perto de sete centenas de oficinas ou casas de trabalho que se ocupavam na transformação da lã e do linho (Portugal 1891). Apenas em Portalegre podíamos encontrar alguns estabelecimentos fabris modernos que produziam cheviotes, castores, chales e cobertores, na maior parte, destinados ao mercado de Lisboa e regional. O trabalho existente neste sector era, sobretudo, doméstico. Existiam pouco mais de duas centenas de trabalhadores assalariados, quase todos concentrados em Portalegre. As actividades da fição e tecelagem da lã ocupavam cerca de 80 por cento da mão-de-obra neste ramo, predominantemente feminina, que apresentava uma distribuição espacial muito desigual. De facto, era nos recônditos concelhos de Mértola e de Almodôvar que a maior parte do trabalho doméstico ainda persistia, com 724 casas de trabalho e oficinas.

Estes números revelados pelo *Inquérito Industrial* de 1890 impressionam. Como explicar a resistência desta actividade doméstica vocacionada para o mercado num sector tão concorrencial e profundamente transformado pela indústria moderna? Em que medida o 'atraso económico' poderá explicar a sobrevivência das formas de produção pré-industriais, se desde meados da década de 1860 a região era atravessada

pelo caminho de ferro? E como avaliar a dimensão da actividade que aqueles números traduzem?

A importância da indústria doméstica no quadro da indústria portuguesa nos finais do século XVIII foi realçada por Borges de Macedo (1982). Em Janeiro de 1789, o relatório do Superintendente das Manufaturas da Lã do Alentejo dava conta da existência de 317 oficinas de tecelagem espalhadas de forma descontínua pelos actuais distritos de Évora e Portalegre.² Na mesma época, outro documento da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre contabilizava cerca de duas mil fiandeiras que laboravam para a fábrica.³ Dispersas por uma vasta área que se estendia de Elvas, a sul, até Póvoa e Meadas, a norte, estas fiandeiras laboravam para 129 teares. Estamos, pois, como mostrou Ana Cardoso Matos (1998), perante um modelo produtivo que pode ser classificado como um *'puting out system'* típico: as operações mais complexas tecnicamente eram concentradas no espaço fabril enquanto as operações mais morosas e menos exigentes eram entregues ao trabalho domiciliário, que se distribuía pelo espaço envolvente.

No entanto, o conhecimento que temos nesta época sobre a actividade têxtil no Baixo Alentejo é fragmentado e ainda insuficiente (Simões, 1997). Para o Centro e para o Alto Alentejo, Albert Silbert defendeu que a *'fragilidade da indústria dos lanifícios é um facto que deve ser sublinhado, sobretudo no início do século XIX, época que assistiu à ruína das empresas do Redondo e de Portalegre'* (Silbert, 1978, 683, *trad. nossa*). Em Beja, tal como no Redondo, em Castelo de Vide ou em Brinches, esta actividade não passava, segundo ele, duma pequena indústria local sustentada por artesãos independentes que vendiam tecidos a retalho que fabricavam por sua conta ou por encomenda de particulares que lhes levavam a matéria-prima. Estes tecelões que produziam bens de qualidade inferior estavam condenados a desaparecer rapidamente ou a manter-se exclusivamente graças a particularismos locais. Enfim, segundo ele, *'a indústria dos lanifícios não permite constatar a existência duma organização de tipo capitalista, utilizando sistematicamente a mão-de-obra rural'* (Silbert,

2. A lista é utilizada também por Silbert (1978:677). Em 1756 existiam, segundo aquela fonte, 217 profissões num total de 467 possíveis, o que nos dá um quadro de expansão para a segunda metade do século XVIII (cf. Pedreira, 1994).

3. Arquivo Histórico Ultramarino, *Papéis relativos à Real Fábrica de Portalegre. Ministério do Reino*, Mç.47. In Macedo, 1982:150.

1978, 682). Essa indústria doméstica não passaria, pois, duma mera hipótese especulativa. De facto,

Num meio rural, onde predominam em número os trabalhadores agrícolas sem capital, onde o seareiro, por ser dono de uma parrelha de bois e de um arado, já se eleva acima da média [na condição social], é difícil imaginar que tal instrumento de trabalho [o tear] estivesse generalizado. Também é difícil imaginar que o fazendeiro rico, o *lavrador* ou o *hortelão*, dedicasse parte significativa de seu tempo ao trabalho com lã. O máximo que podemos admitir é que em algumas aldeias pode ter havido tecelões isolados trabalhando para seus vizinhos. No entanto, eles não devem ter sido muito numerosos. (Silbert, 1978, 682/3, trad. nossa).

Anos mais tarde, Manuela Rocha mostrou, num estudo sobre Monsaraz, como a indústria de lanifícios que, em 1822, ocupava mais de 150 pessoas, não aparecia referenciada nas fontes municipais de tipo fiscal (Rocha, 1994, 75). Ela constatava, com surpresa, que os pedidos de cartas de exame oficial das tecedeiras, solicitados à câmara entre 1798 e 1841, vinham todos das aldeias. Nenhum pedido de licença para exercer o ofício vinha da vila de Reguengos. Ou seja, dir-se-ia que estávamos perante uma actividade proto-industrial com algum relevo que se desenvolvia no espaço rural. No entanto, podemos pensar que a tecelagem, tal como outras profissões oficinais, constituía neste contexto uma actividade complementar e até sazonal no quadro duma economia doméstica marcada pela pluriactividade. Isso poderia ‘explicar’ as fortes oscilações no número de teares registados ao longo das primeiras décadas de Oitocentos. Entre os proprietários destas ‘fábricas’ que produziam sobretudo saragoças e cintas, encontrávamos barbeiros, alfaiates, oleiros, almocreves e seareiros (Rocha, 1994, 71). As rodas de fiar, as caldeiras de tingir, bem como o fuso e a aranha que surgiram, em Reguengos, registados nos *Inventários Orfanológicos* indicavam que no concelho se executaram todas as operações envolvidas no fabrico de peças de lã grosseiras.

Incapaz de competir com a indústria fabril, esta actividade artesanal entraria em decadência durante as primeiras décadas do século XIX. Fradesso da Silveira que, na década de 1860, constataria o estado de decadência desta indústria doméstica, realçou a importância do ruinoso tratado comercial de 1810 com a Inglaterra. Contrariando a ideia comum

naquela época que atribuía a Methuen (1703) a origem de todos os males na ‘indústria nacional’, Silveira não hesitou em afirmar que os estragos provocados por este tratado nas nossas indústrias foram superiores aos provocados pelas invasões francesas (Silveira, 1864, IV. Cf. Pereira, 1979, 37).

Ora, a série construída por Ana Cardoso Matos a partir de registos fiscais sobre os ‘fabricantes, teares ou casa de trabalho’ existentes no Alto Alentejo não é clara quanto ao impacto directo e imediato quer das guerras peninsulares quer do tratado assinado com os ingleses em 1810 (tabela 1). O ano 1810 não constitui um marco histórico, antes parece inscrever-se num movimento irregular, mas contínuo, tendente ao declínio desta actividade. Jorge Pedreira assinalou, para o ano de 1817, perto de 1.500 indivíduos entre tecelões (mestres, oficiais e aprendizes) e fiandeiras que, se concentravam em Castelo de Vide (249), no Redondo (232), São Miguel de Machede, perto de Évora (100), Reguengos (66) e Brinches (46) (Pedreira, 1994, 89, quadro 2.3).

Em contrapartida, a série de dados apresentada por Ana Matos (1998) (tabela 1), apresentando-se truncada, sugere problemas de integridade documental da série arquivística utilizada. Podemos também pensar na dificuldade em contabilizar a actividade doméstica dispersa no espaço rural. Como pode oscilar tão acentuadamente o número de tecelões numa localidade de um ano para o outro se o equipamento instalado e as competências técnicas não estiverem generalizadas? Dado que estamos perante uma fonte fiscal, representará essa oscilação uma variação nos níveis de produção da indústria doméstica que os isentaria do imposto? Seja como for, os elementos coligidos por Fradesso da Silveira (1864) mostram a persistência desta indústria no Alto Alentejo até à segunda metade do século XIX. Para a Comarca de Ourique, contabilizou n’ *As Fábricas de Portugal*, 885 teares distribuídos por Almodôvar (292), Entradas e Conceição (281), Mértola (81) e Odemira (71) que produziam panos, mantas e alforges que se vendiam pelas feiras regionais. Podemos assim estimar em 2.500, pelo menos, o número de indivíduos envolvidos directamente na tecelagem da lã. Ora, se admitimos que esta geografia proto-industrial estava já definida nos finais do século XVIII, então estamos perante um Alto e Baixo Alentejo mais ‘industrializado’ do que defendia Silbert. Em suma, nas vésperas das guerras peninsulares, o Alentejo seria uma região com uma capacidade têxtil instalada próxima das Beiras. Tal facto levaria David Justino a falar num processo de desindustrialização para a região transtagana (Justino, 1988, 117-118).

Tabela 1. Número médio de fabricantes, teares ou casa de trabalho em Portalegre, Marvão, Machede e Castelo de Vide, 1801-1829

| Anos | Portalegre | Marvão | Machede | Castelo de Vide |
|-------|------------|--------|---------|-----------------|
| 1801 | | 12 | | |
| 18002 | | 23 | | 221 |
| (...) | | | | |
| 1806 | | | 18 | |
| 1807 | 27 | 33 | | 137 |
| 1808 | 33 | 11 | | |
| 1809 | 66 | 22 | | 172 |
| 1810 | 66 | 10 | | 174 |
| 1811 | 54 | 13 | | 164 |
| 1812 | 68 | 6 | | 128 |
| 1813 | 103 | 12 | | 139 |
| 1814 | 66 | 19 | | 148 |
| 1815 | 64 | 13 | | 145 |
| 1816 | 58 | 20 | | 136 |
| 1817 | | | 11 | |
| 1818 | 40 | 10 | 15 | |
| 1819 | 43 | 11 | | |
| 1820 | | | 12 | |
| 1821 | | | 11 | |
| 1822 | | | 9 | |
| 1823 | 35 | 9 | 8 | |
| 1824 | 66 | 7 | | |
| 1825 | 39 | 6 | | |
| 1826 | 39 | 6 | | |
| 1827 | 37 | | | |
| 1828 | 40 | | 11 | |
| 1829 | 27 | | 13 | |

Fonte: ANTT, *Novos impostos* In Matos, 1998, 310-313.

Contudo, o confronto dos elementos colhidos pelos diversos autores não clarifica a evolução da indústria têxtil alentejana ao longo do século XIX. Isto aplica-se também à relação entre as oficinas domésticas, as fábricas e os circuitos de comercialização da lã, atendendo não apenas à geografia dos mercados da matéria-prima como aos custos de informação, de transacção e de transporte que permanecem elevados até à chegada do caminho-de-ferro à região. Recordemos que tanto Jorge Pedreira como Ana Cardoso Matos, na linha de Silbert, salientaram a ausência duma relação directa entre os centros de produção artesanal e os centros comerciais da lã já nos finais de Setecentos. Estaríamos assim perante uma região ‘economicamente desarticulada’?

2. A fábrica e a oficina doméstica: tecidos de luxo e tecidos de consumo corrente.

Um dos problemas que os observadores se defrontaram ao longo de Oitocentos foi com a visibilidade da indústria doméstica no espaço rural. Os redactores do relatório do *Inquérito Industrial* de 1881 para a 4^a circunscrição industrial advertem-nos que tiveram de ignorá-la:

Nos quatro distritos que visitámos [Portalegre, Évora, Beja e Faro], há diferentes indústrias caseiras, que, conquanto no seu conjunto sejam de grande importância, estão disseminadas por muitas povoações, de algumas das quais só poderia dizer, que cada casa é uma oficina. Para apreciá-las conscienciosamente seria necessário empregar alguns meses.⁴

A indústria de mantas e alforges exercida nas aldeias dos concelhos de Castro Verde e Almodôvar é descrita como um *sistema doméstico*. A produção era controlada por comerciantes que entregavam a lã às tecedeiras e que recolhiam depois os produtos acabados. Os rendimentos destas ‘operárias’ eram muito baixos, para tal contribuindo também a pobreza do próprio meio. O mesmo sistema foi confirmado mais tarde, no *Inquérito* de 1890. De acordo com esta fonte, o negócio encontrava-se nas mãos de

4. “Relatório dos delegados da Comissão Central Directora do Inquérito Industrial nos distritos administrativos de Portalegre, Évora, Beja e Faro”, In Portugal, 1882, II, 7.

indivíduos que compram aos lavradores ou aos negociantes algumas porções de lã que, depois de lavada, é distribuída pelos cardadores e em seguida pelas fiandeiras e pelas tecedeiras que fazem este serviço em suas casas, para pessoas diferentes, sem que [os agentes inquiridores] possam conhecer o tempo em que produzem certo trabalho visto que (...) não exercem a indústria com permanência (Portugal, 1890, III, 135).

Apesar do preço da lã se manter baixo devido à concorrência da lã espanhola, tanto esta indústria como as fábricas de Portalegre sofriam com a concorrência de outras fábricas do país. As mantas alentejanas, apesar de mais caras, eram ainda preferidas devido à sua qualidade. No entanto, nos princípios do século XX a 'indústria caseira' de lanifícios era considerada extinta em Reguengos, Redondo, Almodôvar e Serpa que, até então, tinham constituído os principais centros de produção (Portugal, 1905).

Ao longo do século XIX as relações entre a fábrica e a indústria doméstica alteraram-se neste espaço. Nos finais do Antigo Regime, em muitos povoados a produção doméstica vivia apenas do trabalho por encomenda para lavradores e vizinhos. Mas, como vimos, existiam centros especializados como a aldeia de Machede (concelho de Évora), Castelo de Vide, Marvão, Redondo ou Reguengos que produziam bens de consumo corrente para o mercado regional. A implantação das fábricas pombalinas utilizou estes recursos, reforçando os mecanismos de controlo corporativo e colocando-os ao seu serviço. Assim, nos finais do século XVIII, a Real Fábrica de Portalegre sustentava directamente um número importante de fiandeiras e de tecelões que trabalhavam ao domicílio.

O sector doméstico integrava-se, pois, numa rede larga que o ligava a uma classe de 'fabricantes' e de negociantes e utilizava os recursos tecnicamente mais sofisticados disponibilizados pela Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre para o acabamento. Nas diversas etapas de produção, a lã transformada percorria um vasto espaço geográfico. Segundo Ana Matos (1997, 328-329):

A lã fiada, trabalhada pelos teares do Redondo, tinha origens tão diversas como Évora Monte, Monsaraz, Montoito, Terena, Santiago, Alandroal, Borba e Vila Viçosa. Por sua vez os panos do Redondo eram apisoados nos vários pisões de Estremoz que beneficiavam dos recursos hídricos desta localidade, sofrendo muitos deles o acabamento nomeadamente o tingimento nas várias cores

pretendidas, no interior na Real Fábrica e Portalegre. Também os fabricantes de Alpalhão quando pretendiam “tecidos mais perfeitos” recorriam à cidade de Portalegre ou a Castelo de Vide. Desde o cardar e fiar da lã até ao tingimento percorriam estes panos um longo percurso espacial, no qual os mercadores desempenhavam um papel fundamental. Os fabricantes de Marvão vendiam os seus tecidos depois de apisoados aos mercadores de Castelo de Vide, distante desta vila uma légua, e estes os mandam acabar.

A Real Fábrica era assim utilizada para satisfazer uma produção de qualidade. O sistema doméstico e a fábrica, em vez de concorrerem, completavam-se no quadro duma economia mercantil. A própria ideia de instalar a fábrica em Portalegre em 1779 assentou na ideia que, havendo matéria-prima de boa qualidade, seria possível alargar o consumo de tecidos às classes superiores pela melhoria do tingimento (Dias, 1958, 59).

Ora, tudo indica que, durante a primeira metade do século XIX, se tenha verificado uma diminuição dos centros de produção doméstica que, até aí, estavam na directa dependência dos estabelecimentos fabris que operavam em sistema de ‘*puting out*’.

Tabela 2. Fábricas, casas de trabalho e pessoal assalariado usado na tecelagem da lã e do linho no Alentejo em 1862

| Distrito | Fábricas e casas de trabalho | Pessoal assalariado |
|------------|------------------------------|---------------------|
| Beja | 1 044 | n.d. |
| Évora | 66 | n.d. |
| Portalegre | 18 | 398 |

Fonte: Silveira, 1864

Assim, ao longo de Oitocentos, a maior parte da produção doméstica (controlada pelos negociantes) tinha a sua produção dirigida para o consumo de bens grosseiros e correntes: estamenhas de lã, saragoças, cintas e panos. Torna-se clara a separação, ao nível dos produtos e dos mercados consumidores, entre as produções fabris e as domésticas.

Esta distinção manteve-se ao longo daquele século: em 1890, fabricavam-se nas fábricas de Portalegre cheviotes, castores, casimiras, chales e cobertores que, na maior parte, eram destinados ao mercado

da capital; em Reguengos, fabricavam-se ainda saragoças e estamilhas; em Castro Verde e Almodôvar, mantas; e, em Mértola, tecidos de lã, de linho e estopa.

Os números compilados na década de 1860 sugerem, pois, que a 'decadência' provocada pela concorrência fabril tenha afectado desigualmente a região (tabela 2). Apesar dos baixíssimos níveis de produtividade alcançados com uma tecnologia proto-industrial, a fiação e tecelagem das mantas no Baixo Alentejo resistirá até aos princípios do século XX ancorado em produtos específicos regionais e na sua qualidade. Podemos até admitir que este mercado rural tinha aumentado com o crescimento demográfico e económico durante o período. No entanto, onde a actividade doméstica era dirigida para o fabrico de tecidos grosseiros, como acontecia no Redondo, em Brinches ou em Reguengos, o desaparecimento desta actividade foi muito anterior.

Em nossa opinião, devemos olhar para a geografia dos mercados da lã e do linho, bem como, para o posicionamento dos diferentes tipos de produtos têxteis face aos mercados regionais se quisermos compreender os destinos da indústria de lanifícios alentejana. Ora, os elementos que coligimos permitem-nos lançar algumas hipóteses explicativas para os destinos do têxtil no Alentejo.

3. A produção e os mercados da lã.

Até finais do século XVIII, a lã alentejana era produzida no quadro dum complexo sistema pastoril que sustentava os rebanhos dos lavradores e os rebanhos transumantes que atravessavam pendularmente a região, ligando-a às beiras. A relação entre estas duas fontes da lã, os mercados e a produção doméstica e manufactureira não tem sido analisada com suficiente em detalhe. Contudo, a evolução deste sistema entre os séculos XVIII e XIX poderá constituir uma das chaves para a explicação dos destinos não só da produção doméstica, como da geografia fabril na região.

A análise à qualidade das lãs no nosso país, feita por Fradesso da Silveira, mostrava, sem surpresa, que o Alentejo era uma região que produzia lãs de qualidade (Silveira 1862). Embora não tenhamos uma estatística para a produção segundo o tipo e origem, parece evidente que a lã das ovelhas merinas, a que tinha melhor qualidade, vinha

sobretudo dos concelhos alentejanos. A lã branca predominava no Alto Alentejo e os merinos pretos vinham sobretudo dos Campos de Mértola e Ourique.

Tabela 3. Número de teares de linho e de algodão e de lã no distrito de Beja em 1862

| Grupo | Concelho | Linho e algodão | Lã |
|-------|--------------|-----------------|-----|
| I | Alvito | 11 | 3 |
| I | Barrancos | 10 | 14 |
| I | Beja | 25 | 3 |
| I | Cuba | 17 | 7 |
| I | Ferreira | 17 | 9 |
| I | Moura | 28 | 41 |
| I | Serpa | 3 | 36 |
| I | Vidigueira | 3 | 12 |
| II | Aljustrel | 20 | 26 |
| II | Almodôvar | 207 | 292 |
| II | Castro Verde | 258 | 281 |
| II | Mértola | 61 | 87 |
| II | Odemira | 80 | 87 |
| II | Ourique | 71 | 71 |
| I | <i>Grupo</i> | 114 | 125 |
| II | <i>Grupo</i> | 697 | 844 |
| | Total | 811 | 969 |

Fonte: Sá, 1863, 45; Silveira, 1864, 51-52.

Nota: Silveira atribui 66 teares de linho e algodão para Aljustrel e 9 para Cuba.

A geografia da transumância associava-a à indústria têxtil (tabela 3). As informações mais antigas sobre a actividade doméstica no actual distrito de Beja mostram que os principais centros de produção se localizavam nos campos de Ourique e de Mértola (Silveira 1864, 51-53).

Em 1862, existiam no concelho de Almodôvar 292 teares de lã e, no de Castro Verde, 281. Em Odemira contabilizaram-se 87 teares de lã, tantos como na aldeia de São João dos Caldeireiros (Mértola). Ourique contava com 71 teares. À medida que nos afastamos das pastagens do Campo Branco e de Mértola, para entrarmos na zona dos Barros de Beja, o número de teares diminui acentuadamente, acusando o afastamento das regiões da ancestral transumância de ovinos: Ferreira do Alentejo contava apenas com 9 teares, Beja com 3 e Alvito 3. Brinches (Serpa), que fora um grande centro produtor no século XVIII, mantinha-se ainda com 36 teares e Moura com 41. Em todo o distrito contava-se com 205 teares grandes e 831 pequenos que, em conjunto com os pisões do Alvito, de Almodôvar e de Serpa, eram avaliados na época em 30 contos de réis.

Associada à produção de saragoças, mantas, estamilhas, estamenhas, surianos, batidos e alforges, andava também a tecelagem do linho e do algodão. Feitas por encomenda para a localidade ou para mercadores, as mantas de retalhos, feitas com tiras de fazendas de lã, de linho e de algodão eram muito populares entre a ‘classe proletária’. Aljustrel, por exemplo, tornara-se um centro de produção do linho já documentada no século XVIII. Tal como sucedia também noutras partes do Alentejo, tratava-se duma actividade que se desenvolvia em aldeias especializadas como acontecia em Machede, Brinches ou São João dos Caldeireiros. Sobre a cultura do algodão no Alentejo, ensaiada com sucesso, em regime experimental, nos anos '40 do século XX, nada sabemos.

A exploração dos róis de confessados mostrou que o tecido social de uma vila do Campo de Ourique no primeiro quartel do século XVIII (Aljustrel) apresentava uma diversidade maior do que sugerem as representações etnográficas nos finais do século seguinte (tabela 4). Apesar de existirem em 1721, 52 ‘cabeças de casal’ classificados como ‘pobres’ e outras 77 casas de ‘jornaleiros’, registavam-se, além de 104 casas de ‘lavradores’, 46 casas de várias profissões de ‘artesãos’. Em 19 casas, 69 pessoas estavam envolvidas naquela vila na produção de lanifícios. Em suma, nesta paisagem social realçamos a importância das actividades oficinais. É ainda provável que o número de pessoas empregues na tecelagem da lã, do linho e do algodão tenha aumentado a partir dos finais do século XVIII nesta sub-região. As queixas das mestras e dos oficiais que foram registadas nos arquivos da Câmara de Aljustrel contra as pessoas que praticavam o ofício sem a necessária habilitação assim o sugerem.

Tabela 4. Grupos sociais na vila e termo de Aljustrel em 1721. Cabeças de casal (CC) e número de pessoas no fogo (PF)

| Grupo social | CC | PF |
|---------------------------------|-----|-----|
| Nobres | 2 | 57 |
| Negociantes e mercadores | 3 | 31 |
| Membros do clero | 5 | 20 |
| Vivem dos rendimentos | 13 | 58 |
| Lavrador | 104 | 520 |
| Comerciante, boticário | 2 | 6 |
| Escrivães, funcionários | 5 | 15 |
| Almocreves | 6 | 19 |
| Tecelões, cardadores, tosadores | 19 | 69 |
| Artesãos (outros) | 27 | 100 |
| Maioral, pastor | 8 | 30 |
| Hortelãos e outros | 6 | 26 |
| Jornaleiros | 77 | 284 |
| Pobres | 52 | 147 |
| Ignorada (não referida) | 33 | 78 |

Fonte: Biblioteca Pública de Évora, *Rol de moradores de Aljustrel, 1721* (Lobato, 1983)

Ascensão e Sá diz-nos, um século e meio mais tarde, que

nos concelhos do Campo de Ourique (...) é raro encontrar-se uma mulher que não saiba tecer e fazer todos os processos que o linho demanda depois de sedado para o fabrico; e isto não só acontece na classe proletária, mas ainda mesmo na superior, fazendo até alardo de saberem fazer todos estes processos.

Ele próprio testemunha, ainda em 1862, dois anos antes da chegada do caminho-de-ferro a Beja, um resquício do velho sistema de controle corporativo:

Ainda há bem poucos anos existiam em Castro Verde duas mulheres que se denominavam *mestras de tecedeira*. Sem a sua aprovação e ainda mesmo depois sem o seu consentimento, nenhuma outra se atreveria a pôr mão em certas manufacturas, como panos manténs (sic) e panos colchas, embora lhes fossem directamente encomendadas (Sá, 1863, 38-39).

Este inspector registava 20 teares de linho e de algodão em Aljustrel (que agora incluía Messejana e parte de Panoias, na região do Campo Branco) e outros 26 para lanifícios. Ora, não tendo nós dados anteriores para aqueles dois concelhos extintos pelas reformas administrativas liberais, não custa admitir que essa actividade resistisse ainda ao desaparecimento das migrações de merinos. Os dados que apresenta para o Baixo Alentejo revelam a importância da actividade têxtil nos centros de transumância de ovinos da Serra da Estrela (a região do Campo Branco, ou seja, nos concelhos de Castro Verde, Almodôvar, Ourique e Aljustrel) e da Estremadura espanhola (Mértola). A sub-região do Campo Branco e Mértola concentrava 87 por cento dos teares de lã do Baixo Alentejo (grupo II) e 86 por cento dos teares de linho e algodão. É notável o contraste existente com as zonas de passagem ou marginais às migrações de ovelhas merinas (grupo I e II, tabela 3). Por outro lado, a associação no tecido regional entre as zonas de tecelagem do linho, do algodão e as da lã é evidente (correlação da série 0,97!).

De acordo com o nosso observador, a indústria do linho dependia directamente da produção local que era feita nas margens dos ribeiros em porções de terra que os proprietários cediam gratuitamente à classe proletária. Os lavradores teriam pouco interesse nesta produção de baixo valor mercantil. Nos meados de Oitocentos, esta indústria parecia estar condenada na região, pois, na opinião de Ascensão e Sá, faltava-lhe praticamente tudo: matéria-prima, capitais e espírito empreendedor. Esta última falha resultaria da falta de escolarização e de formação técnica.

O destino da produção doméstica de lanifícios no Campo Branco seria idêntico. O abastecimento das oficinas era, por via de regra, feito junto dos lavradores e nas feiras anuais próximas. No entanto,

nas feiras e mercados do distrito de Beja não aparecem grandes partidas de lã. O lavrador que tira de seus gados lã suficiente para carregar uma carreta, vai à feira de São João (Évora) que é o maior mercado da província (Silveira, 1864, 20).

Ou seja, a maior parte da produção das lãs do Alentejo era destinada a abastecer Gouveia, Covilhã, Braga, Portalegre e Lisboa. A exportação de lãs para Inglaterra constituía uma válvula de segurança para os produtores quando o preço descia acentuadamente.

Tabela 5. Exportação de lãs pelas alfândegas do continente portugueses (1862)

| Alfândegas | Quilos | Valor (mil réis) |
|-------------|---------|------------------|
| Lisboa | 243.338 | 67.226 |
| Porto | 700.516 | 168.932 |
| Alcoutim | 268 | 90 |
| Campo Maior | 390 | 50 |
| Vila Viçosa | 73 | 9 |

Fonte: Silveira, 1864.

Em suma, a produção doméstica da região, embora nos tenha surpreendido pela sua dimensão e capacidade produtiva (superior em conjunto ao das fábricas de Portalegre), esteve limitada pela dimensão dos mercados regionais. Isso poderá explicar porque durante todo o século XIX, o Alentejo não teve um mercado permanente de lãs, como teve a Covilhã. Évora, como vimos, era um grande mercado regional para “exportação”. Este facto constituía mesmo um problema para os industriais de Portalegre e da Covilhã que se viam obrigados a fazer grandes empates de capital com a aquisição de lãs. Em síntese, o tecido proto-industrial não parece ter sido dinamizado pela procura exterior à região durante o século XIX. O Alentejo cresce economicamente como uma região fornecedora de matéria-prima para a indústria moderna. Os capitais avultados estavam representados nos mercados da região pelos comissários das firmas industriais de todo o país e pelos negociantes da lã cuja actividade era dirigida para o comércio da ‘exportação’.

4. Do Antigo Regime ao Liberalismo: o fim da antiga transumância

Em larga medida, os projectos fabris mercantilistas aproveitaram o potencial económico da transumância de ovelhas merinas quando pretenderam colocar a produção de lanifícios ao nível dos produtos de luxo europeus. As vantagens de localização no Alto Alentejo parecem evidentes. Devido à abundância de água, usada como força motriz, Portalegre tinha-se constituído, pelo menos desde meados do século XVII, como um centro de produção fabril. Nessa altura, possuía já ‘uma grande fábrica de panos de lã que empregava inumeráveis braços e cujos produtos exportava para as principais terras do país’ (Portugal, 1881, 8). Segundo se pensava, melhoradas as cores e aperfeiçoados os métodos de fabrico, a produção têxtil ganharia qualidade para competir com a melhor que o país importava. Foi, pois, este quadro mercantilista que justificou a criação da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (1772), instalada no extinto Colégio Jesuíta de São Sebastião pelo então Governador de Armas da Província do Alentejo, Manuel Bernardo de Melo e Castro. A fábrica acabará nas mãos da família do tintureiro Larcher, depois das privatizações promovidas durante o Vintismo. Os fornecimentos para o exército e outras encomendas que chegavam do Estado foram durante décadas um dos pilares desta indústria.

Ora, entre o pombalismo e o primeiro liberalismo, a transumância de gado miúdo entrou em declínio, assediada pelos proprietários e lavradores que disputavam as pastagens comuns (Silbert, 1978, 1968 e Morais, 1998). Podemos seguir este processo no Campo Branco, localizado entre Entradas, Castro Verde, Aljustrel e Ourique, a qual constituía a melhor zona de pastagens do Campo de Ourique, secularmente demandado pelos quadrilheiros da Serra da Estrela (Pery, 1892). Os seus ‘privilégios’ estendiam-se desde os direitos de acesso às pastagens comuns aos direitos de passagem e circulação. As querelas frequentes com os senhorios e lavradores eram julgadas em sede própria, em Ourique ou em Messejana. Esses direitos, confirmados na Restauração, foram depois eliminados devido à pressão política dos proprietários e lavradores. A partir de 1738, uma provisão régia limitou o acesso ao gado de fora da região às pastagens comuns de Inverno na condição dos lavradores garantirem ao Estado o rendimento que recebia pelo anterior regime. Até essa altura, os Direitos Reais

eram cobrados por cada cabeça de gado que entrasse no Campo Branco (Morais, 1998). Embora passasse a ser garantido o direito dos senhores a ‘comerem os seus pastos’ nas terras que lavraram, terminando assim com o regime de compáscuo, os concelhos do Campo Branco continuaram a arrendar em hasta pública os seus coutos. Assim, até ao início do século XIX, foi frequente o arrendamento das pastagens nos coutos municipais pelas quadrilhas serranas (tabela 6). No entanto, eles não dispunham agora dos direitos de outrora. A par da concorrência no arrendamento dos pastos, sofriam com crescentes dificuldades durante a travessia entre as pastagens de Inverno e de Verão. Assim, apesar da excelência das pastagens justificar a presença de quadrilhas da Guarda no Campo de Ourique ainda nos finais de Oitocentos, elas são cada vez mais raras.

Os lavradores conseguem assim, num primeiro momento, que deixem de ser os quadrilheiros a pagar ao Estado o imposto estipulado por cabeça de gado, para assumirem eles, em sua substituição, o pagamento de um novo imposto, a título de compensação. O novo imposto dos Verdes e Montados seria pago pelos proprietários em função da dimensão da terra que detinham, a troco do direito de arrendamento das pastagens ou da livre disposição das suas terras. Finalmente, o liberalismo precipita o fim desta contenda, extinguindo este imposto, considerado excepcional e injusto pelos proprietários. Com a extinção dos Verdes e Montados e com a abolição dos coutos desaparece uma das principais fontes de rendimentos para estes concelhos do Campo de Ourique.

O fim deste regime não conduziu, porém, ao desaparecimento das grandes áreas destinadas às pastagens. Nos finais de Oitocentos, Gerard Pery escreveria quando visitou Aljustrel:

A feição deste concelho é principalmente pecuária. A boa qualidade das pastagens faz com que uma grande parte da sua área seja aplicada a fornecer invernadouros para os gados de lavradores de outros concelhos que neste possuem herdades ou que nele arrendam ou comprem pastagens. Acresce a isto a área necessária a apascentação, durante o ano, dos gados do concelho, resultando daí o predomínio completo da indústria pecuária sobre a agrícola.

As pastagens do Campo Branco, tão afamadas, constituem um terço da área do concelho, na sua parte mais meridional (...) (Pery, 1892, 1429).

Tabela 6. Arrematantes, valor da arrematação e origem geográfica do arrematante da Ervagem do Couto Verde, Aljustrel (1746-1782).

| Data | Nome do arrematante | Valor da arrematação | Origem |
|--------------|----------------------------|----------------------|-------------------------------|
| 1746.Nov.27. | [...] | 40000 | ?? |
| 1747.Nov.26. | António Rodrigues | 45000 | Serra da Estrela |
| 1748.Nov.24. | Manuel Rodrigues Baixo | 40000 | Serra da Estrela |
| 1750.Out.28. | Manuel Ribeiro | 53000 | ?? |
| 1751.Out.28. | Pedro de Abrantes | 86000 | ?? |
| 1758.Out.-- | Manuel Gomes Priorez | 82000 | ?? |
| 1759.Out.26. | André Fernandes | 97000 | Serra da Estrela |
| 1760.Nov.06. | Luís Rodrigues | 75000 | Serra da Estrela |
| 1762.Nov.20. | Manuel Figueira | 45000 | Sabugal, termo de Ceia |
| 1763.Out.25. | Manuel Luís | 60000 | Serra da Estrela |
| 1764.Nov.11. | Jerónimo Ri(beiro?) | 83000 | Beja ? |
| 1765.Nov.17. | Francisco Ramos de Almeida | 60000 | Serra da Estrela |
| 1766.Out.20. | Manuel Luís | 70000 | Serra da Estrela |
| 1767.Out.09. | António Martins | 30000 | Serra da Estrela |
| 1769.Out.22. | António Martins | 20000 | Serra da Estrela |
| 1770.Out.14. | Manuel Rafano Magalhães | 30000 | Aljustrel |
| 1771.Out.08. | João Camacho de Brito | 75000 | Aljustrel |
| 1772.Out.23. | António Mendes | 61000 | Herdade do monte d...? Beja ? |
| 1773.Out.29. | António Martins | 50000 | Beira |
| 1774.Set.28. | Manuel Fernandes | 100000 | Aljustrel |
| 1775.Set.26. | Joaquim Manuel de Carvalho | 90000 | Serra da Estrela |
| 1776.Set.24. | Joaquim Manuel de Carvalho | 120000 | Serra da Estrela |
| 1777.Out.26. | Joaquim Manuel de Carvalho | 51000 | Província da Beira |
| 1778.Out.13. | José Rodrigues Raposo | 61000 | Aljustrel |
| 1779.Out.26. | Joaquim Manuel de Carvalho | 61000 | Serra da Estrela |
| 1780.Out.20. | Miguel Godinho | 100000 | Província da Beira |
| 1781.Out.30. | Miguel Godinho | 71000 | Província da Beira |
| 1782.Out.22. | Joaquim Manuel de Carvalho | 76000 | Serra da Estrela |

Fonte: C. M. Aljustrel, *Arrematações (1746-1782)*.

O valor das rendas das pastagens, avaliadas por cabeça de gado, era dividida de acordo com as suas características e aptidões para receber gado bovino (12 mil réis), gado caprino (mil réis), ovelhas de alavão (450 réis), gado de alfeire e carneiros (360 réis). Pery estimava que em mais de mil o número de cabeças de bovinos para trabalho (no total seriam 1575), 16 mil o número de ovinos (14 mil de lã preta), perto de 3,5 mil caprinos e 4,6 mil suínos (Pery, 1892, 1431). De acordo com os seus cálculos, o rendimento obtido com o gado bovino era semelhante ao que se obtinha com a venda da lã merina e o rendimento das pastagens era superior ao que se obtinha com a cultura do trigo. Na verdade, as pastagens eram mesmo a ‘cultura’ mais importante num território marcado pelo predomínio dos solos de 3ª e 4ª qualidades. O mesmo acontecia nos concelhos de Cuba e de Alvito que Pery visitou, e certamente nos concelhos de Castro Verde, Almodôvar, Ourique e Mértola.

O fim simultâneo do regime do compáscuo e da transumância que acompanhou a formação da propriedade burguesa da terra não parece ter aumentado a presença de ovinos neste território, aumentando a oferta local de lã. A racionalidade económica da transumância era a de ser capaz de fornecer pasto abundante tanto de Verão (nas regiões serranas) como de Inverno (nas terras pobres do Baixo Alentejo). O encabeçamento por hectare ficava limitado pela capacidade dos lavradores em fornecer água e alimentar os rebanhos durante o tórrido e longo Verão. Eram estas reservas alimentares deficientes que, finalmente, determinavam a dimensão dos efectivos animais. Para o lavrador, o gado miúdo interessava economicamente tanto pela carne como pela lã no quadro da exploração agrícola. Outras consequências gravosas para a indústria se colocavam agora nos circuitos da matéria-prima. A lã perdia qualidade pois o gado estaque frequentemente passava sede e fome durante o Verão, sofrendo com isso também a qualidade do pêlo. O pêlo dos merinos perdia o seu tacto sedoso, ganhando atrofiamentos ao longo da secção que resultavam das privações da estiagem. Sem surpresa, durante o século XIX, as fábricas de Portalegre utilizarão frequentemente lã americana e espanhola de qualidade.

Por outro lado, com as leis da desamortização e com o fim dos impostos agravados aos não-residentes, grande parte destas terras foram adquiridas por lavradores de fora do Campo Branco que as utilizavam como invernadouros, predominantemente para o gado bovino. O carácter pastoril da região não desapareceu: apenas se destinou a fornecer carne e tracção para a lavoura de municípios cerealíferos (figuras 1 e 2).



Figura 1. Feira de Aljustrel, c. 1906 (col. particular) – a principal feira de gado bovino no Baixo Alentejo.



Figura 2. Boeiro e rapaz c. 1900 (Campo Branco) – col. particular.



Figura 3. Boeiro (Aljustrel, c. 1906) com a sua 'manta alentejana' – col. particular.

Quer a indústria fabril quer a doméstica dificilmente poderiam, neste novo contexto, encontrar na região condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Para os lavradores, o arrendamento de pastagens ou a produção de mais ou de menos ovinos era uma entre várias opções ditadas pelas características das suas explorações, não isenta de riscos: não era raro, em períodos de seca, verem-se os produtores a tentarem desfazer-se a todo o custo do seu gado por falta de pastagens. As fortes oscilações nos preços das lãs, tanto brancas como pretas, favoráveis aos comerciantes mas desinteressantes para a indústria, parecem traduzir esta realidade (gráfico 1).

Gráfico 1. Preço das lãs no mercado de Évora, 1838-1862

Fonte: Silveira, 1864

Os preços baixos registados em Évora entre 1839 e 1852 acompanharam um período de expansão das indústrias fabris de Portalegre, sugerindo tratar-se de um curto período favorável à actividade industrial. Por seu turno, a alta de preços registada na década seguinte, parece ter conduzido ao aumento no fornecimento de lã apenas na região de Évora. Entre 1852 e 1862, em Beja, a quantidade de lã vendida diminuía 10 por cento, em Portalegre 2,5 por cento, enquanto em Évora aumentava cerca de 30 por cento. No conjunto, o Alentejo continuava a produzir mais de 40 por cento da produção nacional, aumentando dois pontos numa década (tabela 7). De resto, a região mantinha-se aberta ao exterior: nos finais do século XIX, os observadores notavam que o barateamento do preço da lã ficou a dever-se à concorrência espanhola mais do que à abundância da produção regional. De qualquer forma, a oferta de matéria-prima durante o liberalismo não favoreceu a criação de novos estabelecimentos industriais modernos na região, os quais necessitariam de água abundante para as suas operações.

Tabela 7. Produção de lã no Alentejo e no continente, 1852-1862.

| | 1852 | 1862 | Var. |
|---------------------------------|--------|--------|-------|
| Beja | 472,9 | 429,8 | -43,1 |
| Évora | 319,5 | 455,4 | 135,9 |
| Portalegre | 482,2 | 470,2 | -12 |
| Alentejo | 1274,6 | 1355,4 | 80,8 |
| Resto do continente | 3012,2 | 3052 | 39,8 |
| Continente | 4286,8 | 4407,4 | 120,6 |
| Porcentagem do Alentejo no País | 42,3 | 44,4 | |

Valores em toneladas

Fonte: Silveira, 1864

5. Conclusão: os destinos da indústria moderna e a resistência da produção doméstica

O modo de produção e de trocas de matérias-primas industriais na região, bem como os efeitos das medidas institucionais adoptadas no período liberal, pareceram-nos relevantes para entender a sua especialização produtiva. Nesta perspectiva, o impulso dado pela iniciativa dos ‘governos esclarecidos’ nos finais do Antigo Regime tem sido salientada pela historiografia. Porém, o seu efeito sobre o tecido proto-industrial têxtil no Alentejo foi, em larga medida, ambivalente: se, por um lado, a instalação da Real Fábrica de Portalegre dinamizou a produção regional, por outro lado, reforçaram-se os mecanismos corporativos de controle sobre a actividade dos fabricantes e dos oficiais das artes.⁵ Isto parecia importante para garantir a qualidade duma produção de luxo mas provavelmente limitou a capacidade da resposta manufactureira à concorrência. Por outro lado, a geografia industrial até ao século XX sugere que as regiões que mantiveram sistemas de transumância foram beneficiadas. A destruição desse sistema multissecular, por seu turno, não significou o fim duma região produtora de lãs, antes reforçou os circuitos de trocas destinados a abastecer as indústrias de lanifícios modernas.

5. Não admira, por isso, que este modelo económico ‘dirigista’ tenha fascinado os modernos corporativistas. V. por ex. o trabalho Carvalho Dias, *História dos Lanifícios* que é publicada na revista da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, *Lanifícios*.

A privatização da Real Fábrica de Portalegre e a adoção de modernas máquinas de fiação e de tecelagem acompanhou, se não foi mesmo responsável pelo desaparecimento gradual da indústria doméstica nos centros que anteriormente se integravam na sua rede de relações proto-industriais (Castelo de Vide, Brinches, Reguengos, Redondo, Évora). Podemos pensar, na linha de observadores contemporâneos, que a sobrevivência dos ‘fabricantes’ nesta nova economia passaria pelo acréscimo da sua educação formal, favorável à emergência do ‘espírito empresarial’ que faltaria neste meio. Para explicar as dificuldades neste percurso, salientámos a dimensão e características dos mercados regionais (sazonais, a exigirem elevado empate de capital), bem como o problema do abastecimento de água e combustíveis.

Deste modo, a sobrevivência da indústria doméstica passou pela sua especialização em produtos regionais como foi o caso das mantas alentejanas, das cintas e das sacas feitas em linho para a lavoura (figura 3). É ilustrativo, a este respeito, o caminho inverso seguido por uma das poucas novas fábricas têxteis construídas ao longo de Oitocentos no Alentejo: a fábrica da Horta das Bolas, em Portalegre. O estabelecimento, instalado em 1849, começou por fabricar alforges e mantas e, só muito mais tarde, começou a produzir panos, casimiras e chales. Em 1881, esta fábrica estava nas mãos de Ramiro Marçal e Companhia, tinha uma máquina a vapor de 25 cv., usava mato e cortiça virgem como combustível e produzia panos de diversas qualidades e mantas alentejanas. O *Inquérito Industrial* de 1890 revelava existirem de 87 ‘casas de trabalho ou oficinas’ que produziam ‘linhifícios’ em Almodôvar, Niza, Aljustrel e Beja. Empregavam, em média, menos de 4 pessoas. Havia também 770 casas que produziam lanifícios em ‘sistema doméstico’, concentradas em Mértola e Almodôvar (tabela 8). Era este um sector que, numa região aberta ao exterior, sobrevivia ancorada em produtos especializados consumidos em mercados regionais pela população rural.

Tabela 8. Número de casas de trabalho, oficinas ou fábricas, pessoal empregado e número médio de dias de trabalho em cada ano, por concelhos no Alentejo (1890)

| Concelho | Tipo | Casas de trabalho ou oficinas | Pessoal | Dias de trabalho |
|--------------|--------------|-------------------------------|-------------|------------------|
| Almodôvar | Lã | 264 | 277 | 90 |
| Castro Verde | Lã | 7 | 7 | n. d. |
| Gavião | Lã | 36 | 36 | 250 |
| Marvão | Lã | 2 | 9 | 140 |
| Mértola | Lã | 374 | 374 | 160 |
| Portalegre | Lã | 3 | 215 | 300 |
| Portel | Lã | 1 | 1 | 40 |
| Reguengos | Lã | 3 | 3 | 150 |
| Serpa | Lã | 3 | 7 | n. d. |
| Aljustrel | Linho | 20 | 20 | 160 |
| Almodôvar | Linho | 89 | 89 | 300 |
| Beja | Linho | 9 | 9 | 170 |
| Niza | Linho | 46 | 46 | 110 |
| | <i>Lã</i> | <i>770</i> | <i>787</i> | |
| | <i>Linho</i> | <i>87</i> | <i>306</i> | |
| | <i>Total</i> | <i>857</i> | <i>1093</i> | |

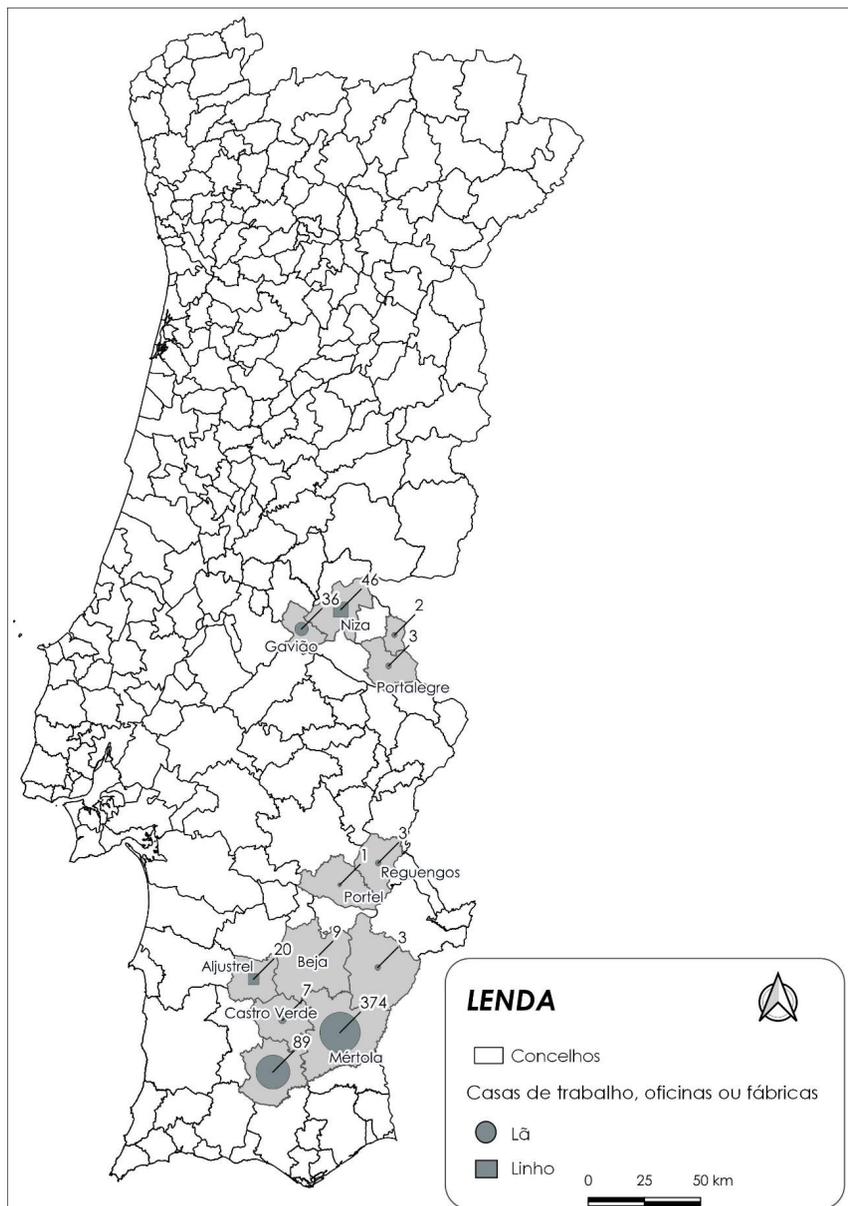
Fonte: Portugal, 1891.

Conhecemos melhor os processos que conduziram historicamente à criação das regiões ganhadoras, do que aqueles que foram responsáveis pelo fracasso de regiões na transição proto-industrial, entrando em 'deca-dência' e, depois, integrando-se em espaços económicos mais vastos que impulsionam o seu crescimento (Benko e Lipietz, 1994, Berg, 1991, Nadal e Carreras, 1990, Kridte, 1981, Landes, 1972). Este texto visou ilustrar, a partir da análise de alguns quadros evolutivos na geografia do sector

têxtil da lã e do linho, como as transformações ocorridas do regime de propriedade e de exploração da terra no Baixo Alentejo tiveram consequências profundas na especialização da região ao longo de Oitocentos, consolidando sua posição como fornecedora de matérias-primas para a indústria moderna. Mais do que atender simplesmente à medição das vantagens trazidas com a escala proporcionada com a grande exploração agrária mediterrânica, procuramos atender ao seu impacto na geografia regional da indústria, dos seus mercados e produtos. Verificámos que, apesar da região transtagana contribuir com mais de 40 por cento da lã para as fábricas do país e para exportação em meados desse século, as características dos seus mercados não criaram condições objectivas favoráveis à emergência de núcleos fabris têxteis modernos, com excepção do que foi herdado do período mercantil, em Portalegre. Apesar disso, a economia cresceu, a região transformou-se e as suas cidades conheceram a expansão no consumo de bens de luxo destinados aos vencedores.

Évora, 2 de Novembro de 1998
Pinhal Novo, 2 de Março de 2022

Mapa 1. Casas de trabalho e oficinas têxteis de linho e de lã no Alentejo em 1890



Fonte: Portugal, 1891.

Referências bibliográficas

- BENKO, Georges e Alain Lipietz. 1994. *As Regiões Ganhadoras Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia económica*, Lisboa, Celta.
- BERG, Maxine (ed.). 1991. *Markets and Manufacture in Early Industrial Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge
- DIAS, Luís Carvalho. 1958-1962. *História dos Lanifícios (1750-1834). Documentos*. 6 vols. Lisboa.
- FONSECA, Helder Adegar. 1987. *Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns aspectos*. Coimbra, Faculdade de Letras.
- FONSECA, Helder Adegar. 1992. *Economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*, Évora, Dissertação de Doutoramento.
- FONSECA, Helder e Rui Santos. 2001. “Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX”, *Ler História*, 40: 43-94.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo e Maria de Deus Calhau. 1983. ‘Alguns aspectos da vida concelhia de Ferreira do Alentejo no início do século XIX’, *História & Crítica*, 10, pp.57-64. Lisboa.
- JUSTINO, David. 1988-1989. *A formação do espaço económico nacional Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega.
- KRIDTE, Peter et al.. 1981. *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism*. Cambridge University Press.
- LANDES, David S. .1972. *The Unbound Prometheus Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to present*. Cambridge, C.U. Press
- LAINS, Pedro. 2008. ‘Agriculture and economic development in Portugal, 1870-1973’ In *Agriculture and Economic Development in Europe Since 1870*, editado por Pedro Lains, Vicente Pinilla. Londres, Routledge.
- LOBATO, João Rodrigues. 1983. *Aljustrel. Monografia*. Aljustrel, Câmara Municipal.
- MACEDO, Jorge Borges. 1982. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa, Querco.
- MATOS, Ana Maria Cardoso. 1998. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista: o caso dos Lanifícios do Alentejo*. Lisboa, Estampa.
- MATOS, Ana Maria Cardoso. 1991. ‘A indústria no distrito de Évora, 1836-1890’, *Análise Social*, XXVI (112-113), 1991 (3º-4º), 561-581.
- MORAIS, J. A. Davide. 1998. *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*, Évora, C.M.E.
- NADAL, Jordi; Carreras, Albert. 1990 . *Pautas Regionales de la Industrialización Española (siglos XIX y XX)*. Barcelona, Ariel.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. 1994. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*, Linda-a-Velha, Difel.

- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. 1994. 'A Indústria'. In *História Económica de Portugal 1700-2000. Volume I. O Século XVIII*. ed. Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Lains. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p.177-208.
- PEREIRA, Miriam Halpern. 1979. *Portugal no Século XIX. Vol. I. Revolução, Finanças e Dependência Externa. De 1820 à convenção de Gramido*. Lisboa, Sá da Costa.
- PERY, Gerardo Augusto. 1892. 'Estatística Agrícola do Concelho de Aljustrel', *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, 4º ano. Lisboa.
- PERY, Gerardo Augusto. 1883-1886. *Estatística agrícola do distrito de Beja (Concelhos de Beja, Cuba, Alvito et Vidigueira)*. Lisboa. 3 vols.
- POLLARD, Sidney. 1981. *Peaceful Conquest: The Industrialization of Europe, 1760-1970*. Oxford U. Press.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, Comércio e Indústria. 1891. *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa, Imprensa Nacional. 4 vols.
- REIS, Jaime. 1993. *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica. Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*, 1 ed. Lisboa, Imprensa Nacional.
- ROCHA, Maria Manuela. 1994. *Propriedade e Níveis de Riqueza*. Lisboa, Cosmos.
- SÁ, João Evangelista Franco da Ascensão. 1863. *Memória sobre a Indústria do Linho e do Algodão no distrito administrativo de Beja em 1863*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SANTOS, Rui e José Vicente Serrão. 2013. 'Property rights, social appropriations and economic outcomes: Agrarian contracts in Southern Portugal in the late eighteenth century'. In *Property Rights, Land Markets and Economic Growth in the European Countryside (13th-20th Centuries)* editado por Gérard Béaur, Phillipp R Schofield, Jean-Michel Chevet, and Maria-Teresa Perez-Picazo, 475-494. Brepols.
- SILBERT, Albert. 1968. *Le problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales (1821-1823). D'après des documents de la commission de l'agriculture*. Paris P.U.F.
- SILBERT, Albert. 1978. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l' Ancien Regime. XVIII.e - Début du XIX.e Siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée.*, 2 ed. Lisboa, I.N.I.C.
- SIMÕES, Jacinta Maria da Conceição, *Uma freguesia rural do Baixo-Alentejo: a aldeia de Brinches entre 1838-1870*, Lisboa, ISCTE, 1997. - Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea.
- SERRÃO, José Vicente. 2016. "Extensive Growth and Market Expansion, 1703-1820". In *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier*, ed. Dulce Freire e Pedro Lains, 132-171. Leiden, Brill.
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso. 1872. *O linho em Portugal. Primeiras informações para um inquérito*. 1ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso. 1864. *As fábricas de Portugal. Vol. I. Indagações relativas aos tecidos de lã. Resultados da inquirição feita por ordem do Conselho Geral das Alfândegas*. Lisboa, Imprensa Nacional.

SIMPSON, James. 1995. *Spanish agriculture: the long Siesta*, Cambridge, Cambridge University Press

SOUSA, Rita da Conceição C. M. de. 1990. *Contribuição para o estudo da Economia Agrícola do Concelho de Évora 1836-1914*, Lisboa. Tese de mestrado